

ACORDOS E TENSÕES: O DEBATE SOBRE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

SALES, Sandra – UERJ – sandra.sales@globo.com

GT: Política de Educação Superior / n.11

Agência Financiadora: CAPES

1. Contextualizando o objeto de estudo e a metodologia da pesquisa

A expansão do sistema de ensino superior brasileiro ocorrida nos últimos 40 anos evidencia, por um lado, o mais alto grau de privatização da América Latina e um dos mais altos do mundo. Por outro lado, esse processo possibilitou uma transformação nesse nível de ensino, pois embora sem ampla cobertura, a oferta ampliou-se, com uma diversificação do público quanto à renda, faixa etária etc. (CUNHA, 1988; LUCE, MOROSINI, s.d.; MENDONÇA, 2000; MANCEBO, 2004; MOHELECKE, 2004).

Não obstante a diversificação ocorrida, o sistema de ensino superior no país continua extremamente desigual e hierarquizado como revelam pesquisas nacionais e estrangeiras, corroborados inclusive por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudos realizados nos últimos 20 anos vêm revelando e denunciando a existência de desigualdades raciais e de cor na universidade brasileira. Na população de 25 anos e mais, da qual 56,5% é considerada branca e 42,3% é formada por indígenas e pessoas pardas ou pretas, verifica-se que, dos que concluíram o ensino superior, 83% eram brancos, enquanto apenas 14,4% pertenciam aos demais grupos. Tais disparidades se evidenciam ainda mais nos chamados cursos de prestígio social como Arquitetura, Odontologia e Medicina Veterinária, nos quais a maioria das vagas é ocupada por brancos (84,5%, 81,1% e 80,9% respectivamente) ¹.

Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa (AA), tais como reservas de vagas em universidades públicas para afro-descendentes e para alunos oriundos de escolas públicas ganharam considerável destaque na agenda política brasileira. A implementação dessas políticas encontra dificuldades, e se realiza em meio a grandes polêmicas, particularmente na definição dos grupos a serem beneficiados, tendo a configuração desses grupos, variado de acordo com contextos históricos, sociais e políticos.

¹ Petruccelli (2004). Ver ainda Heringer, 2001; Paixão, 2006; Telles, 2003.

Em curso, desde 2003, em algumas universidades do país, tais políticas têm provocado inúmeros e acirrados debates na sociedade brasileira. Entretanto, é a reserva de vagas para afro-descendentes, principalmente nas universidades públicas, que vem gerando uma estrita polarização entre obstinados defensores e opositores da medida².

As diferenças entre os que impulsionam e os que se opõem às AA não são desprezíveis e não podem ser reduzidas a simples esquemas ideológicos que opõem direita e esquerda ou conservadores e progressistas. Esse debate é o reflexo de um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade, mas com repercussão em vários campos da vida social. As AA iniciaram uma discussão em torno de questões cruciais para a sociedade brasileira, tais como as dinâmicas raciais no campo educativo e societário, a influência dos preconceitos na implementação de políticas públicas, a eficácia das instituições educativas para resolver conflitos sociais, a distribuição de bens e recursos, entre outros.

A pesquisa por mim empreendida se insere nesse espaço de conflito e diálogo, e foi produzida a partir de algumas interrogações fundamentais: são necessárias políticas de AA no ensino superior brasileiro? Faz sentido AA orientadas para grupos raciais? Quais as tensões e acordos presentes no debate brasileiro?

Para a realização dessa investigação, tomei a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como cenário privilegiado, por ser esta a primeira universidade brasileira a implementar o sistema de cotas e por ser, por esse motivo, desafiada, antes das demais que tomaram o caminho das AA, a operacionalizar mecanismos para viabilizar sua implantação. Entretanto, esta pesquisa não se limita ao âmbito desta Universidade, já que muitos dos atores sociais mais ativos na promoção das AA não estão necessariamente sediados no Rio de Janeiro ou não têm relação direta com esta Universidade. Fez-se necessário, para garantir a abrangência do debate em torno da questão, investigar atores sociais envolvidos com o tema que têm atuação nacional.

² A universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado da Bahia foram as primeiras a implantar cotas em 2003, seguidas de outras como a Universidade de Brasília. Atualmente, cerca de 30 universidades adotam AA. Também está em curso o Programa Universidade para Todos (PROUNI), lançado oficialmente pelo governo federal em 2004, que prevê a reserva de vagas para alunos negros e oriundos de escolas públicas em universidades privadas. Disponível em <http://prouni.mec.gov.br/prouni/>. Acesso em 25 de janeiro de 2005. Além disso, encontra-se em discussão no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas para as universidades federais.

Para constituir o *corpus* da pesquisa, baseei-me em fontes documentais e depoimentos resultantes de entrevistas. Nas fontes, realizei ampla análise de variados documentos – registros históricos, relatórios, dados estatísticos, matérias de jornais, legislação – e colhi, submetendo posteriormente à análise, 36 entrevistas no Brasil com: lideranças e representantes de movimentos negros; de movimentos que lutam em favor das AA na educação; de movimentos docentes; de funcionários administrativos de universidades; de movimento estudantil; com gestores de Instituições de Ensino Superior (IES); com especialistas sobre AA e relações raciais; com representantes da imprensa, políticos e ativistas negros; e com estudantes cotistas.

As entrevistas buscaram apreender idéias e discursos de diferentes informantes individuais ou institucionais, que tiveram forte atuação frente às políticas de AA no ensino superior. A distinção entre informante individual e institucional é justificável, porque algumas pessoas, mesmo pertencendo a uma instituição, não falaram em nome dela, embora tivessem conhecimento de seu posicionamento e até discorressem sobre ele. No entanto, todos os informantes entrevistados tiveram em comum o fato de estarem, eles ou a instituição a que pertencem, envolvidos, direta ou indiretamente, com a promoção das políticas de AA no ensino superior brasileiro e, em particular, implicados com a experiência da UERJ.

O procedimento metodológico adotado para o tratamento das entrevistas começou com a construção de um esquema de análise qualitativa para identificar eixos discursivos no conjunto de dados. Para isso, escolhi um grupo de cinco entrevistas, de modo a abranger uma amostra das diferentes perspectivas contempladas na pesquisa. O trabalho consistiu em ouvir, sistematicamente, as entrevistas, identificando temáticas dominantes, ausentes ou posicionamentos divergentes, e estabelecer os indicadores de cada uma dessas temáticas para, dessa maneira, construir um sistema de codificação, além de transcrever falas significativas. A partir deste modelo, os seguintes *eixos analíticos* foram construídos: a) *universidade e políticas de AA*, b) *concepções sociais*, c) *atores sociais*. Estes três eixos se manifestaram abrangendo várias questões, que dentro do meu esquema analítico, denominei de *indicadores*. Um *indicador* foi determinado como uma unidade de sentido explicitamente relacionada com cada eixo particular. Alguns *indicadores* tomaram parte em mais de um eixo, mas em todos os casos as relações com os eixos eram diretas e explícitas.

O primeiro eixo — universidade e políticas de AA — esteve associado a indicadores como ingresso universitário, processo de avaliação vestibular, mérito acadêmico, permanência na universidade, assistência estudantil, políticas de AA, cotas raciais e para alunos de escolas públicas, discriminação racial, social, e educacional, função da universidade, crise da universidade, crescimento das IES privadas, financiamento, mudanças, a relação entre educação básica e a universidade.

O segundo eixo — concepções sociais sobre raça, racismo e educação — se relacionou com indicadores discursivos referentes a: dinâmicas locais e globais enfocadas na questão educativa; comparação com os EUA e outros países; democracia racial; miscigenação; raça; raça e classe; racismo; fatores políticos, econômicos, sociais e educacionais; contexto brasileiro atual etc.

No terceiro eixo — *atores sociais* — identifiquei os *indicadores* sobre *atores e ações implementadas* por estes, mais importantes no campo universitário segundo as opiniões dos professores, estudantes, dirigentes, pesquisadores, formadores de opinião, entre outros.

Uma vez identificados os três eixos e *indicadores* no grupo das cinco entrevistas de teste, utilizei o mesmo procedimento com todas as entrevistas, cuidando para que fosse mantida a qualidade analítica e explicativa e incorporando novos *indicadores* em cada eixo, quando necessário. Nesta fase da análise também tive o cuidado de procurar as interfaces e contradições entre os diferentes eixos e *indicadores*. Para isso, desenvolvi um sistema de codificação complementar, identificando as interfaces com diferentes cores.

Finalmente, integrei a análise documental e a das entrevistas, utilizando a discussão travada no jornal O Globo e sustentada pelos demais informantes sobre as políticas de AA na universidade, bem como o debate travado entre eles. Contribuíram para a realização da análise, as diferentes perspectivas sobre raça, racismo e relações raciais presentes na literatura brasileira e que revelam posicionamentos diversos sobre as políticas de AA.

2. Perspectivas sobre raça, racismo e relações raciais

O debate atual sobre a identidade racial, sobre a existência ou não do racismo no Brasil e sobre as formas de interação estabelecidas entre os diferentes grupos de raça ou cor está centrado em posicionamentos divergentes a respeito do *mito da democracia racial*. A idéia de que no Brasil não existe discriminação ou preconceitos raciais e que as diferentes

raças convivem em harmonia, já não representa um consenso no país³. No entanto, com o advento das políticas de AA e, especialmente, da implantação de cotas baseadas no critério racial ou de cor, este debate é retomado com muita força.

A forma como o brasileiro enxerga estas questões está relacionada à construção histórica da identidade racial do país, que se fundou na mistura racial que se deu devido à necessidade imposta pelo processo de colonização e modernização da mão-de-obra, mas também, em função da clara estratégia de branquear o povo brasileiro. Tal política advém da compreensão de que a raça negra era inferior e do pessimismo instalado em torno do futuro do país, se ele se mantivesse majoritariamente negro. (GUIMARÃES, 1999; TELLES, 2003; MEDEIROS, 2004).

Contraditoriamente, os resultados de uma estratégia racista resultaram na construção da idéia de que o país seria um paraíso racial, sem racismos e sem discriminação com base em raça ou cor. Em outras palavras, uma democracia racial. Gilberto Freyre é considerado o grande formulador da noção de democracia racial – que, a rigor, ele jamais batizou⁴. Apesar de suas inegáveis contribuições conceituais, de grande repercussão no que se trata do questionamento dos preconceitos que vigiam entre os teóricos contemporâneos a ele, Freyre não logrou superar totalmente a tradição anterior, que defendia a idéia de “branqueamento da nação brasileira”. (Telles 2003).

Apesar de já não representar consenso, o mito da democracia racial ainda permanece vivo na sociedade brasileira, havendo diferentes perspectivas de enxergá-la no debate atual.

Os movimento negros são os maiores críticos da democracia racial, que juntamente com pesquisadores afro-descendentes ou não, vêm tratando de trazer a público as falácias que ela engendra e as conseqüências por ela provocadas. Aliada à miscigenação, a democracia racial tem sido muito danosa para os afro-descendentes por mascarar o racismo,

³ Guimarães (2001, p. 12-14) faz referência à existência, no período de 1940 a 1964, de um consenso entre os militantes negros, a esquerda e intelectuais brasileiros em torno da democracia racial. Como exemplos do fim do referido consenso, o autor cita trabalhos de Florestan Fernandes de 1964 e 1965, em que começa a reconhecer a *democracia racial* como um mito, e também se refere a um pronunciamento de Abdias do Nascimento, de 1968, que a qualifica como um “logro”.

⁴ Telles (2003, p. 65) afirma que “Apesar de ser atribuída a Freyre, as origens do conceito de democracia racial permanecem obscuras. Em 1945, Freyre publicou Brasil: uma interpretação, onde pela primeira vez usou o termo ‘democracia étnica’”.

as injustiças por ele produzidas, prejudicar a construção de sua identidade, impossibilitar a sua organização, além de obscurecer o debate sobre o racismo, transformando-o em tabu.

Assim, na opinião de Munanga (1999, p. 15) o racismo brasileiro dificulta a organização política dos afro-descendentes, visto que a causa de sua luta se dilui diante do ideal de branqueamento e do poderoso argumento da democracia racial, e ainda impede o reconhecimento da identidade de grupo dos afro-descendentes, gerando sua divisão: “As dificuldades dos movimentos negros em mobilizar todos os negros e mestiços em torno de uma única identidade ‘negra’ viriam do fato de não conseguirem destruir até hoje o ideal do branqueamento”.

Como estratégia para enfrentar tais desigualdades e, diante da não universalização dos bens sociais no Brasil, os movimentos negros e seus aliados vêm defendendo adoção das políticas de AA, que significam a “concessão de tratamento desigual a pessoas socialmente desiguais” (Paixão, 2006, p.132).

Mas a democracia racial tem também seus defensores. No âmbito do debate acadêmico, alguns dos autores visitados (FRY, 2005) entendem que esta continua a ser um projeto a ser construído, e que não pode ser abandonado por ainda não ter alcançado sua meta, pois continua válida. Na visão de Fry (2005, p. 164), a coexistência do mito da democracia racial e do racismo revela uma tensão que permeia a sociedade brasileira, que ele expressa da seguinte maneira:

O Brasil vive uma tensão constante entre os ideais da mistura e do não-racialismo (ou seja, a recusa em reconhecer a “raça” como categoria de significação na distribuição de juízos morais ou de bens e privilégios) por um lado, e as velhas hierarquias raciais que datam do século XIX do outro. O primeiro ideal, freqüentemente chamado de “democracia racial”, é considerado politicamente correto (ninguém quer ser chamado de racista). A outra idéia, a da inferioridade dos negros, é considerada nefasta, porém reconhecida como largamente difundida.

Conseqüentemente, a construção da identidade afro-descendente, a ser forjada a partir da negação da identidade miscigenada, é considerada um equívoco, bem como a estratégia de opor uma identidade afro-descendente, que inclui pretos e pardos de acordo com classificação do IBGE, à branca, resulta preocupante, por cindir a sociedade em duas raças, podendo gerar ódio racial. Também não faz sentido se falar em cultura afro-

descendente no Brasil, já que a cultura de origem africana foi incorporada e passou a conformar a identidade racial brasileira.

Fry (2005, p. 17) coloca-se contrário às AA pois estas “tem o efeito de negar um Brasil híbrido a favor de um país de raças distintas”. Além disso, Fry (2005, p. 344) argumenta que as AA provocariam mudanças na forma como os brasileiros se vêem a si mesmos e aos outros, e que tais políticas trariam resultados prejudiciais ao conjunto da sociedade, pois “toda política que aumenta e celebra a crença em raças (cotas, por exemplo) contribui a longo prazo para a persistência do racismo e a possibilidade do preconceito e da discriminação”. O investimento na universalização e na qualidade da educação básica, na perspectiva do autor seria a solução mais adequada para a superação das desigualdades no acesso ao ensino superior.

Outras perspectivas vêm sendo desenvolvidas no debate acadêmico a partir de críticas às posições acima comentadas (COSTA, 2006). Um dos acordos destacados entre ambas é a existência do racismo na sociedade brasileira e a necessidade de combatê-lo, embora as soluções propostas sejam divergentes. O uso político da categoria *raça*, feito pelos movimentos negros e seus aliados tem sido criticado, pois estes, ao identificarem a polaridade brancos e afro-descendentes (que inclui pretos e pardos) como fator importante para a distribuição dos bens sociais, transformam-na também em fator estruturante para a conformação da identidade afro-descendente. Esta, por sua vez, dar-se-ia mediante a absorção da cultura afro-brasileira. Na síntese de Costa (2006, p. 207):

Se a polaridade branco/ “não branco” estrutura a distribuição de oportunidades sociais, tal oposição deveria também conformar as identidades culturais e políticas, propiciando a conformação de uma identidade negra capaz de incorporar o conjunto da população não branca do país. Caberia, assim, a todos os “não brancos”, no Brasil, absorver a cultura afro-brasileira e o legado do Atlântico Negro, construindo, sobre essas bases, sua “verdadeira” identidade racial.

A objeção do autor à posição dos movimentos negros é que a raça ou cor, mesmo sendo um fator importante para a construção das desigualdades sociais, não é a única e não sintetiza os demais elementos que as compõem, quais sejam, classe, gênero, diferenças regionais, entre outras.

Com relação ao discurso da mestiçagem, as perspectivas minimizam sua importância para a conformação da identidade brasileira. Por um lado, os movimentos

negros e seus aliados, geralmente, reduzem os processos históricos de mestiçagem a uma estratégia utilizada pelos grupos dominantes para dissimular o racismo; enquanto, por outro lado, os críticos dos movimentos negros não reconhecem como estes processos foram decisivos, não apenas para a construção e manutenção do racismo, mas para impedir que a discussão sobre questões raciais e racismo entrassem na agenda política brasileira.

Sobre as políticas de AA, a defesa de uma “cidadania universal”, embora normativamente correta, não tem base histórica, já que desde a abolição da escravidão, apesar da inexistência de mecanismos legais de discriminação racial, os afro-descendentes jamais alcançaram tal *status*. Ao contrário, como demonstram vários estudos, a situação socioeconômica deste grupo é inferior à dos brancos. Assim, afirma Costa (2006, p.213):

[...] não há razões para que os negros brasileiros acreditem no tratamento igualitário prometido pela lei: as práticas sociais se encarregam, sistematicamente, de reintroduzir a desigualdade de oportunidades.

Sendo assim, o autor demonstra uma certa aceitação das políticas de AA desde que se justifiquem na redistribuição de determinado bem social ou na compensação por perdas históricas. Mas discorda do uso feito pelos grupos que atribuem à política a promoção da “consciência racial”.

3. Principais acordos e tensões identificados na pesquisa

Este estudo se situa no conjunto de pesquisas que mostram que a sociedade brasileira tem profundas desigualdades, baseadas não somente em questões de classe, como tradicionalmente se reconhecia, mas também fundamentadas em dinâmicas raciais. Este trabalho também assinala que as políticas de AA surgiram como uma resposta possível, entre outras, a uma situação social em que a contradição entre a enunciação dos direitos legais e o cumprimento desses direitos estava longe de satisfazer as reivindicações de grupos sociais que há muito se organizavam e se mobilizavam para que fossem cumpridos.

No caso da universidade, as desigualdades no acesso e na permanência são amplamente reconhecidas pelo conjunto da sociedade, embora haja desacordos no que tange às suas justificativas, bem como às soluções propostas. Uma das questões mais importantes que aparece nesta pesquisa é a divergência entre aqueles que justificam as disparidades existentes em seu interior priorizando as variáveis de classe e os que, ao contrário, enfatizam as questões raciais ou de cor. Uma segunda questão que merece

destaque é que mesmo aqueles que se colocam no campo da luta anti-racista, em alguns momentos do debate colocam-se em posições opostas, porque propõem soluções baseadas na raça ou cor, na classe e ainda na combinação de ambos os critérios. Uma terceira questão que articula os discursos se dá nas perspectivas com respeito à universidade em suas questões interiores: as discrepâncias entre a universidade desejada, idealizada ou criticada e as mudanças imaginadas como possíveis pelos diferentes atores sociais, que se cruzam também com as análises classe e raça ou cor.

Nesse entrecruzamento, surgem momentos de acordos e divergências entre as múltiplas perspectivas, sempre atravessadas por tensões, que tratam de viabilizar uma resposta geral que explique simultaneamente problemas de classe e raça ou cor.

Um dos pontos que todos parecem concordar é que, a começar pela cobertura oferecida, o ensino superior está longe de ser um bem social disponível para o conjunto da população que nele deseja ingressar, apesar da expansão lograda nos últimos 40 anos. Ao contrário, menos de 18% da população brasileira tem acesso a um curso universitário, sendo que destes, quase 70% estudam em universidades, centros de estudo ou faculdades isoladas mantidas pela iniciativa privada, na maioria das vezes mais preocupada com os lucros do que com a qualidade de ensino oferecida.

Entretanto, nos últimos 20 anos, muitos estudos fundamentados nos dados produzidos pelos órgãos oficiais do país começaram a notar e a denunciar mais uma das desigualdades presentes na sociedade e na universidade brasileira — a subrepresentação dos grupos que se autodenominam afro-descendentes.

No que se refere ao ensino superior, pesquisas têm revelado que enquanto um em cada dez brancos conseguem concluí-lo, apenas um em cada 50 pretos, pardos ou indígenas alcançam o mesmo nível de ensino (PETRUCCELLI, 2004). Um olhar mais atento nota ainda uma profunda hierarquização dentro do sistema de ensino superior, porque os cursos considerados de alto prestígio social e, conseqüentemente, de maior demanda, são destinados quase que exclusivamente ao grupo que se autodeclara branco.

As justificativas dadas para tal situação na literatura e no debate público, quanto pelos movimentos sociais são variadas. Uma das linhas de argumentação presentes no debate entende que a baixa presença dos afro-descendentes na universidade se deve ao fato de terem freqüentado escolas de ensino básico de baixa qualidade e por serem pobres.

Enfatizando questões educacionais e de classe social, pretende-se mostrar que a subrepresentação dos afro-descendentes no ensino superior não se deve a problemas de racismo. No máximo, admite-se o racismo existente no passado, fruto da escravidão, mas que se diluiu ao longo do tempo, principalmente pelo processo de miscigenação ocorrido no país. Esta é a posição, por exemplo, de José Góes, professor da UERJ que teve vários artigos publicados na imprensa brasileira e também de Ali Kamel que se vem manifestando ativamente sobre o tema no debate público como jornalista e editor do jornal O Globo.

Apesar de reconhecer a existência do racismo do ponto de vista pessoal, Kamel (2006, p. 66) afiança que ele não existe do ponto de vista institucional, não sendo, portanto, uma marca da sociedade brasileira, cuja legislação nunca o estimulou e, ao contrário, sempre o combateu:

O racismo é sempre de pessoas sobre pessoas, e ele existe aqui como em todas as partes do mundo. Mas não é um traço dominante da nossa cultura. Por outro lado, nossas instituições são completamente abertas a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico-institucional é todo ele 'a-racial'. Toda forma de discriminação racial é combatida em lei.

Um segundo grupo argumenta, mesmo reconhecendo a existência do racismo na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no interior da universidade, que os pobres em geral são excluídos do acesso à universidade e que a subrepresentação dos negros se daria fundamentalmente pelo fato de serem pobres. A exclusão seria, portanto, um problema de classe social e não racial. No âmbito do grupo entrevistado, esta visão se expressa no discurso dos movimentos sindicais e estudantis, embora haja posições diferentes desta:

Existem posições muito distintas e tensas no sindicato. Há pessoas que pensam que as políticas de democratização do acesso têm que levar em conta apenas a classe social, não tendo a ver com o racismo e com a cor das pessoas. Essa é uma perspectiva minoritária, mas dependendo da conjuntura, sua influência pode ser maior ou menor. Em alguns momentos essa concepção teve muita influência. (homem, branco, movimento docente, informante nº. 3).

A terceira linha de argumentação, ao contrário, enxerga claramente que a principal razão para a baixa presença de afro-descendentes na universidade é o racismo, sendo este não apenas o resultado dos processos de escravização sofridos por aquele grupo, mas, sobretudo um efeito que se perpetua no presente. Esta perspectiva é defendida pelos

movimentos negros, por professores universitários e tem ganhado força no debate público, com aliados na própria imprensa.

Se as explicações são distintas e divergentes, as soluções propostas também o são. Melhorar o sistema de ensino básico oferecido pelas escolas públicas é uma solução apresentada recorrentemente, pois desta forma todos os alunos, independente de raça ou cor teriam condições de disputar vagas na universidade. Esta é a perspectiva do jornal O Globo, do jornalista Ali Kamel, mas também dos pesquisadores Fry.

Outros, ao lado da melhoria da educação básica, defendem o aumento de vagas no ensino superior público aliado a mudanças no processo de admissão, hoje centrado no vestibular. Esta é a posição dos movimentos sindicais em geral, mas também de muitos professores universitários que lutam pela democratização do acesso à universidade pública.

Outros ainda advogam a adoção de políticas de AA como uma estratégia para enfrentar o problema em curto prazo, já que as demais soluções propostas só apresentarão resultados em médio ou longo prazo, enquanto gerações com idade para ingressar na universidade, no momento atual, continuam excluídas do acesso ao ensino superior. Assim, apesar de não divergirem sobre a necessidade de se investir no ensino básico público e de se ampliarem as vagas na universidade pública, os movimentos negros e seus aliados vêm demandando soluções mais imediatas e com resultados mais rápidos. O Pré-vestibular para Negros e Carentes, por exemplo, reivindica que os afro-descendentes entrem na universidade pública para, de dentro dela, discutir sua expansão e qualidade. Em outras palavras, não querem esperar que a universidade ideal seja construída para depois entrar; ao contrário, querem ajudar a construir a universidade em uma direção diferente, e para isso têm de estar nela.

No Brasil, as políticas de AA, principalmente as cotas, têm gerado muita polêmica tendo se construído múltiplas justificativas para defender ou para combater sua implementação. A adoção de políticas de AA no ensino superior, especialmente a implantação de cotas raciais, tem-se mostrado um tema bastante controverso. Um dos principais motivos para tal, é que apenas recentemente a sociedade brasileira passou a admitir com mais clareza a existência do racismo. Ainda assim, permanece no debate público a idéia de que como não houve segregação legal no país, as pessoas dos vários grupos raciais ou de cor convivem harmoniosamente; se há algum problema de

discriminação racial ou de cor, essa não é definitivamente uma marca da sociedade brasileira. Além disso, alguns temem que a política acabe por cindir o país em duas raças e que isso resulte na instalação do ódio racial como revela o depoimento a seguir:

Nós temos que entender sobre o que nós estamos discordando. Não estamos discordando que tem racismo no Brasil, não estamos discordando de que há diferenças de oportunidades, de acordo com classe e cor. Estamos discordando sobre os caminhos adotados para o futuro... as políticas de AA criam um sistema que divide a população, isso tem conseqüências. A história do mundo mostra que todas as vezes que as categorias étnicas e raciais foram cristalizadas os resultados são terríveis (homem, branco, especialista em temas raciais. Informante nº. 6).

Na questão mais específica das políticas de AA na universidade, foi possível perceber algumas tendências de acordos e tensões no debate, seja ele travado na academia, pelos movimentos sociais, ou publicamente, embora as posições tenham apresentado variações, segundo a visão dos atores sociais e o lugar social de onde falam. Assim, dependendo da instituição da qual o ator social é parte, das ações que esta vem empreendendo ou da história pessoal do informante, o discurso apresentou variações.

Considerados os discursos acadêmico e da imprensa, uma das tendências mais consistente com respeito à implementação da política de AA na universidade é a de que ela está longe de constituir um acordo. Os discursos acadêmicos e da imprensa são claramente heterogêneos com setores de ambos a favor e outros contrários às AA. A solução proposta pelos que não são favoráveis a essas políticas é a adoção de políticas universais, no que diz respeito à educação básica. Entretanto, a reivindicação de que o Estado faça um investimento maciço neste nível de ensino é um consenso em todos os discursos, mesmo entre aqueles que defendem as políticas de AA.

Outra tendência percebida nesta pesquisa, é que quando se analisam os discursos de instituições e pessoas que militam em movimentos sociais, especialmente aqueles vinculados à causa dos afro-descendentes, as AA são ponto de convergência, embora no passado recente estas medidas não gozassem do mesmo nível de aceitação. Até em organizações sindicais, que tradicionalmente defendem políticas pautadas em critérios apenas de classe, é possível perceber posicionamentos favoráveis às AA, às vezes combinando critérios de raça ou cor com o de classe; às vezes combinado o critério de território e classe como revela o depoimento abaixo:

Considero um equívoco pensar etnia desvinculada de classe, não só por que não avança na questão dos direitos, como também torna o problema do acesso à universidade potencialmente perigoso, pois um jovem negro de classe média, apesar do racismo sutil do qual são vítimas, tem melhores condições de acesso à universidade, que um jovem negro que mora na favela, na periferia, no campo. [...] A necessidade de AA referenciada na articulação entre classe e raça, vem de minha relação com o campo Marxista – Marx e Thompson e, em particular, a necessidade de historicizar o conceito de classe. (homem, branco, movimento docente, informante nº. 3).

Um outro ponto que emergiu do trabalho de campo se relaciona com as diferentes ações identificadas como parte do universo das AA. Entre elas, as cotas são tidas como a medida emblemática. Algumas das pessoas entrevistadas foram enfáticas em afirmar que estas são injustas por beneficiar apenas os elementos mais privilegiados do grupo, enquanto os que mais necessitam de ajuda não a receberão. Outros afirmam que medidas como as cotas precisam ser adotadas para concretizar o acesso de grupos excluídos à universidade, e que, sem elas, tal meta não seria alcançada.

Além das cotas, algumas outras medidas mais leves aparecem no debate como a adoção de uma pontuação adicional no vestibular aos grupos que se quer priorizar; a defesa de acesso diferenciado a grupos de determinada região de pobreza, mediante acompanhamento permanente da universidade a determinadas escolas dessa mesma região. Além destas medidas, os cursos preparatórios para o vestibular, atividade que vem sendo empreendida pelos movimentos sociais desde 1994, continuam ocorrendo e recebem total aprovação da imprensa.

Se o pré-vestibular é aceito como uma ação afirmativa “que não é perigosa”, porque não estimula o ódio racial ou desafia os critérios meritocráticos, o risco se intensifica na discussão das cotas. Principalmente quando o assunto é o grupo que deverá ser beneficiado por elas e quais os critérios a serem considerados. Essa tendência aparece muito explícita na pesquisa, sendo possível identificar três modelos para entender as relações entre raça e classe.

O primeiro grupo, que eu chamei de “conciliador”, representado por alguns movimentos sociais, concordam em articular o critério de raça ou cor com o de classe social, como uma estratégia de conciliação, já que atender aos grupos mais pobres ou oriundos de escolas públicas é uma mensagem mais aceitável na sociedade e também na

universidade. Como afirma um integrante de movimento que luta em favor das AA na educação, o papel do movimento que integra é “Fazer com que pessoas afro-brasileiras e as pessoas mais carentes também ingressem na universidade” (homem, negro, movimentos sociais, informante n°. 2).

O segundo grupo, identificado como “principista da raça”, encontra-se mais consolidado entre militantes dos movimentos negros e do setor universitário. Estes privilegiam a estratégia de usar as políticas de AA como instrumento para o fortalecimento da identidade afro-descendente, o que os leva a defender o critério exclusivo de raça ou cor, independente da situação socioeconômica do candidato. Esses mesmos grupos utilizam ainda o argumento de que todos os afro-descendentes são vítimas de racismo na sociedade brasileira, independente de sua posição social. O depoimento abaixo explicita esta postura:

Eu fico triste e indignado e desesperançoso pela lentidão, pela falta de vontade política, pela falta de infra-estrutura existente até hoje nas questões referentes ao negro. Esta situação se compara com o advento da Abolição da Escravatura, não é possível que se siga relegando a questão racial, com desculpas. As cotas devem ser baseadas na raça, para começar a reparar a herança do racismo brasileiro (homem, negro, ativista e político, informante n°. 32).

O último grupo, que denominei “principista da classe”, defende exclusivamente o critério de classe social, ou seja, que as AA devem ser apenas para os mais pobres, porque não seria justo oferecer um benefício para quem já é privilegiado e poderia ter acesso à universidade independente da política, como demonstra o depoimento a seguir: “somos favoráveis às cotas sociais e não raciais, mesmo reconhecendo a existência do racismo, mas o grande problema é social”. (homem, pardo, movimento estudantil n°. 16).

Em suma, apesar dos problemas e limitações inerentes às políticas de AA e das controvérsias que elas despertam, que de resto fazem parte de qualquer política pública, estas, e em especial, as cotas cumprem o objetivo de promover o acesso à universidade de um número maior de afro-descendentes. É importante reconhecer que as cotas também têm efeitos de diversificar a população de afro-descendentes, por reforçar o acesso daqueles que pertenciam à classe média, que em muitos casos já acessavam a universidade, mas abre uma brecha histórica e numericamente significativa para os afro-descendentes dos setores populares que não tinham acesso, principalmente, aos cursos de maior prestígio social.

Certamente as cotas seguirão gerando controvérsias entre os principistas de todas as orientações. Elas tampouco resolverão o racismo no Brasil, nem problemas históricos, como a falta de financiamento adequado da universidade pública, ou ainda, quais são as funções mais importantes que a universidade brasileira deveria assumir no mundo globalizado, mas sem dúvida permitirão que os grupos que a ela não tinham acesso, possam de dentro dela contribuir com a discussão sobre os caminhos que deverá tomar.

Finalmente, entendendo os acordos e tensões analisados, espero que esta pesquisa contribua para a compreensão de que AA estabelecem bases que possibilitam a consolidação de um modelo de ação político-educativa mais comprometido com a noção de justiça redistributiva de bens sociais (FRANCIS, 1993). Ao mesmo tempo em que apresentam limitações e riscos, sobretudo de essencializar a identidade afro-descendente, as AA são talvez o instrumento mais apto para viabilizar, mesmo de maneira restrita, a correção de injustiças históricas e contemporâneas produzidas pela sociedade brasileira no campo da educação superior.

4. Referências bibliográficas

Brasil. *Câmara Federal*. Projeto de lei n 73/99. Disponível em www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/boletim/27/pdf/projeto_de_lei_7399.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2007.

Brasil. *Prouni*. Disponível em <http://prouni.mec.gov.br/prouni/>. Acesso em 25 de janeiro de 2005.

Brasil. *Senado Federal*. Projeto de lei n 3.198/2000. Disponível em www.educafro.org.br/seppaa/downloads/Estatuto20da20Igualdade20Racial.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2007.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

CUNHA, Luiz A. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FRANCIS, Leslie, P. *In defense of Affirmative Action*. In: CAHN, Steven M. (Edited by) *Affirmative Action and University: A Philosophical Inquiry*. Philadelphia: Temple University Press, 1993, p. 9-47.

FRY, Peter. *A persistência da raça: Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GÓES, José Roberto P. de. *Cotas, um remédio que é veneno*. O Estado de São Paulo, 13/04/2004. Disponível em http://www.sintufsc.ufsc.br/periodicos/reforma_universitaria/m_11.htm. Acesso em 17 de dezembro de 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

_____. *Democracia racial*. USP, 2001. Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/bancodocumentos.asp>. Acesso em 15 de setembro de 2006.

HERINGER, Rosana. *Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 2, 2001, pp.291-334.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

LUCE, Maria-Beatriz, MOROSINI, Marília Costa. *Avaliação e credenciamento da educação Superior no Brasil*. S.D. disponível em www.uv.es/alfa-acro/documentos/documentosproyecto/acreditacionbrasil.pdf, acesso em 15 novembro de 2006.

MANCEBO, Deise. *Reforma Universitária: Reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento*. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial - Out. 2004 845. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12 de dezembro de 2006.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

MENDONÇA, Ana Waleska, P.C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, São Paulo Maio-Agosto 2004, número 014, p. 131-150*.

MOHELEKE, Sabrina *Fronteiras de igualdade no ensino superior: excelência & justiça racial*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, mar. 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

PAIXÃO, Marcelo J.P. *Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A; LPP/UERJ, 2006.

PETRUCCELLI, José Luis. *Mapa da cor no ensino superior*. Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira. Série Ensaios e Pesquisas, nº 1, 2004. Disponível em <http://www.politicasdacor.net/documentos.pdf>. Acesso em 10 de janeiro, 2003.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.